

**MOSAICOS INOVADORES PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: Teorias e práxis feministas e antirracistas**

**ANDRESSA DE SOUSA SANTOS FERREIRA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

# MOSAICOS INOVADORES PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: Teorias e práticas feministas e antirracistas

## 1 INTRODUÇÃO

Na composição de uma sociedade ocidental cisheteronormativa, as Ciências Sociais Aplicadas reproduziram opressões desde construção teórica a proposição de modelos e ferramentas sob a tutela da ciência e aceitação acadêmica. Marcadamente formulado por homens, o ambiente científico considerou ponto de partida para a investigação lentes masculinistas do mundo, que refletem um compromisso à manutenção de privilégios e ao que esse grupo considera desenvolvimento.

São denominadas Ciências Sociais Aplicadas as áreas do conhecimento que tomam as pessoas e as relações ambientais sejam sociais, organizacionais, institucionais, estruturais etc. enquanto objetos de estudo. No Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a classifica em sete áreas: i) Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo; ii) Arquitetura, Urbanismo e Design; iii) Comunicação e Informação; iv) Direito; v) Economia; vi) Planejamento Urbano e Regional/Demografia; vii) Serviço Social (CAPES, 2022).

Nessas áreas, é muito comum ser apresentada<sup>i</sup> exclusivamente a teorias criadas por homens, os gênios, os patronos, os pais. Segundo a socióloga nigeriana Oyeronke Oyewumi (2021) a ciência é povoada por HEBM – Homens Europeus Brancos Mortos, cujas construções teóricas evidenciam as questões de gênero e sexismo sistematicamente projetado na ideia de que homens são superiores e responsáveis pelos avanços da humanidade. Ao passo em que os locais de origem desses indivíduos são outro elemento geopolítico relevante à crítica, sempre do Norte Global, especialmente, Europa e Estados Unidos.

Até mesmo porque em uma cultura ocidentocêntrica<sup>ii</sup> que valoriza o individualismo e desvaloriza a memória, produto do capitalismo, não reconhece os conhecimentos produzidos em linguagem não acadêmica. Dessa forma, a comunidade científica, formada majoritariamente por homens, decide o que é aceitável e seus porta-vozes. Então, indivíduos recebem o crédito e são premiados por traduzirem o que já é estruturado entre povos originários, comunidades locais e civilizações pré-modernas. Ironicamente, nesses casos, não há a individualização de pessoas, mas a citação de um coletivo.

Afinal, foram sumérios que desenvolveram a escrita sistematizada, egípcios que formularam os fundamentos de aritmética, filosofia, engenharia e medicina, mas Tales de Mileto que é consagrado pai da filosofia, Galileu Galilei que se torna referência como pai da astronomia observacional, e Ernest Neufert, da arquitetura. Na Administração, Frederick Taylor é considerado o principal teórico da Administração Científica; o Fordismo é a flexão do sobrenome de Henry Ford, que consolidou o modelo de produção em massa no setor automobilístico; ou Elton Mayo como o expoente da Escola das Relações Humanas, dentre tantos outros. O conhecimento valorado e que foi historicamente atribuído na narrativa histórica.

É inconsciente, porém legitimada a ideia de que a ciência foi construída por homens, a quem devemos reverência e devoção, e que nos faz acreditar que até o século XIX inexistiam pensadoras, teóricas, cientistas. Portanto, a inviabilização de mulheres no passado remoto e o silenciamento no (passado) presente se configura como uma tentativa de manutenção da hegemonia masculinista, principalmente em algumas áreas do conhecimento, apesar dos constantes movimentos de rompimento às desigualdades de gênero nas ciências. Nesse sentido, é possível refletir sobre a contribuição de teorias feministas às epistemologias das Ciências Sociais Aplicadas?

O objetivo deste artigo versa em discutir a contribuição das teorias feministas em termos de lentes que romperam o *status quo* da ciência, de transgressões ao feminismo tradicional e de mosaicos *queer*, com base em autoras feministas, decoloniais e negras. A escolha temática reflete as discussões em três áreas de teorias feministas: a) teorias clássicas; b) teorias feministas negras e c) teorias *queer (of color)*. Foram utilizadas a abordagem qualitativa e explicativa para dar consistência à provocação teórica com a técnica de revisão bibliográfica sob enfoque analítico do conteúdo temático.

O artigo está estruturado em seis tópicos. Neste introdutório, realiza-se a problematização do tema e indicação do objetivo geral. Em seguida, apresenta-se as pensadoras clássicas do Feminismo, ressaltando a ruptura da visão tradicional. No terceiro, as teóricas feministas negras para sinalizar a transgressão necessária ao pensar interseccionalmente. No quarto tópico são apresentados artigos sobre os estudos *queer (of color)*. Apesar de provocações serem feitas durante a narrativa, no tópico cinco, as discussões propõem um repensar epistemológico, mediante dados do cenário brasileiro que apontam os desafios das grandes áreas das Ciências Sociais Aplicadas. Por último, as considerações finais apontam as contribuições dos Feminismos e indicam a necessidade de estudos futuros.

## 2. LENTES DE TEÓRICAS FEMINISTAS CLÁSSICAS

Compreender as teorias feministas clássicas perpassa pela concepção de importantes pensadoras que revolucionaram as ciências, as que foram reconhecidas pela academia, apesar das duras críticas. Deste modo, essa sessão apresenta a visão feminista de Simone de Beauvoir (2009) pelas lentes de Carol Ascher (1991) na obra “Simone de Beauvoir: uma vida de liberdade”, especialmente no capítulo “O Segundo Sexo” – mesmo título da obra seminal de Beauvoir, publicada em 1949. Além das lentes de Margaret Mead (1979) com a obra “Sexo e Temperamento”, e as de Henrietta Moore, com o artigo “Compreendendo Sexo e Gênero” (1997).

Simone de Beauvoir é talvez o nome mais citado quando o assunto é feminismo. Filósofa de formação, a pensadora francesa viveu 78 anos (1908-1986). A obra “O Segundo Sexo”, publicado em 1949, em dois volumes, tornou-se o primeiro documento feminista. Através dele disseminou suas ideias pelo mundo, realizando críticas severas à sociedade machista e misógina, abordando temas polêmicos, que a elevou ao *status* de livro proibido<sup>iii</sup> pelo Papa; detestado por partidos de extrema direita; motivo de zombaria por comunistas; e para os marxistas não-stalinistas, desnecessário já que “problema de mulher” deixaria de existir após a revolução (ASCHER, 1991).

Interessante pensar que, de pronto, especialistas multidisciplinares (um psiquiatra, uma escritora, um escritor, uma poeta e dona de casa, uma antropóloga e uma representante da ONU) foram convocados para análise da obra de Simone na *Saturday Review* com a matéria de capa “Seis especialistas discutem O Segundo Sexo”. Dentre os especialistas, estava a antropóloga Margaret Mead. Nos Estados Unidos, as críticas tiveram um teor argumentativo, mas superficial, segundo Ascher (1991).

Aplicando as contribuições de Beauvoir às Ciências Sociais Aplicadas, percebe-se que a sua disrupção foi escandalosa na escala temporal, mas de grande aporte para as conquistas futuras. Ascher (1991, p. 173) afirma que o fato de todo o tratado ser produzido por uma mulher foi o que causou tanto alvoroço e antipatia, pois “um autor feminino (foi crucial não o ser de um homem) discutia que a vida para as mulheres através da história tem sido difícil e, especialmente, degradante e que a situação sobreviveu às necessidades”

Ao abordar as três vertentes teoricamente deterministas ao papel mulher: a biológica, a psicanalítica e a marxista, Beauvoir reestrutura o olhar social de obrigatoriedade e destino de mulheres, reescrevendo a “História”, os “Mitos” e “A vida das Mulheres Atualmente”. Logo,

essas lentes ao serem aplicadas às áreas científicas pluraliza as possibilidades de pensar as investigações de fenômenos sociais e as relações humanas, foco das ciências sociais aplicadas, assim como a presença de mulheres nesse meio enquanto protagonistas e cientistas.

É importante destacar a forma como ela constrói o pensamento, inclusive, porque ela atribui sua aceitação entre os intelectuais à escolha de abdicar-se de aspectos feminis, símbolos de fragilidade e submissão, ou seja, “era uma mulher que tinha sido tratada largamente como se fora um homem” (1991, p. 175). Dessa forma, quando Simone narra os sistemas de opressão vividos pelas mulheres, observa-se que ter liberdade e avanços só é possível dentro dos limites estabelecidos. De fato, até onde a sociedade permite uma mulher chegar? A cientista pode alcançar a mesma notoriedade do “pai” em alguma ciência?

O que nos remete a visualizar a misoginia como uma estratégia de manutenção das hierarquias de poder baseado no sexo, a ditadura da violência, pois a imanência da mulher a reduz enquanto a transcendência é vocação para o homem (ASCHER, 1991). Assim, para transcender, a mulher precisa lutar contra a imanência que dela se espera, seja na família, na escola, no trabalho, nas relações, e no ambiente acadêmico, pois a lógica é a mesma.

Por sua vez, Margaret Mead, antropóloga e psicóloga estadunidense que viveu 77 anos (1901-1978). Em 1928 realiza uma pesquisa etnográfica sobre a juventude, principalmente de meninas adolescentes nas Ilhas Samoa, intitulado “*Coming of Age in Samoa*”. A obra de destaque é “Sexo e Temperamento” publicado originalmente em 1935, um estudo aprofundado que analisa três civilizações da Nova Guiné em suas particularidades, realizando uma “tessitura do social”, contrastando as relações sociais de sexo (MEAD, 1979).

As comparações entre os papéis de homem e mulher na sociedade Arapesh eram considerados maternos, afetuosos e dóceis, foi categorizada como homogênea; na Mundugumor eram canibais, ciumentos, sexuais, como uma sociedade de disputa e violenta, na Tchambuli, poligâmicos e artísticos, como uma sociedade invertida, em que as mulheres detinham a posição de sabedoria, poder, administração, domínio e autoerotismo, enquanto os homens eram servis, vaidosos, emocionalmente dependentes. Assim, “comparando o modo como dramatizaram a diferença de sexo, é possível perceber melhor que elementos são construções sociais, originalmente irrelevantes aos fatos biológicos do gênero de sexo” (MEAD, 1979, p. 22).

Mead definiu que as diferenças sexuais não são baseadas na biologia. A conclusão de que o temperamento condicionado socialmente imputa os traços de um sexo foi fundamental nos estudos, pois, apesar de não desenvolver o “gênero”, essa contribuição foi a base para entender a temática. Isto é, o impacto da cultura se sobrepõe à biologia. Margaret ainda atribui à socialização o convencimento de indivíduos aos grupos de sexo sob a coerção ao binarismo.

Margaret Mead e Simone de Beauvoir foram contemporâneas, mas não há registro de parceria entre as duas, diante das aproximações teóricas que tiveram ao se posicionarem em produções teórico-científicas feministas de relevância. Tanto Margaret quanto Simone não se consideravam feministas, mas viveram como. Margaret Mead, por exemplo, foi mãe aos 38 anos de Mary Bateson (1939-2021), o que era excepcional para a época. Simone não se casou e não teve filhas biológicas, mas uma adotiva, a herdeira literária Sylvie Le Bon-de Beauvoir.

As contribuições de Henrietta Moore, antropóloga inglesa, nascida em 1957, realiza muitos estudos na África<sup>iv</sup>. No artigo “*Understanding sex and gender*” representa um grande esforço teórico no debate entre biologia e cultura, entre sexo e gênero, como uma forma de dirimir o essencialismo que cai na sobrepujança de um termo ser mais importante. Moore (1997) afirma que essa associação é problemática, pois sexo e gênero são construídos socialmente, um em relação ao outro.

Pela sua vivência em outro continente, outra lente interpretativa é visível em sua análise. Moore (1997) critica as categorias analíticas, embasadas no jeito Ocidental de fazer ciência, usadas em uma composição de convencimento do que é instituído socialmente, assim como o

delongado tempo que a Antropologia levou para entender que inexistia uma separação radical entre sexo e gênero. Dessa forma, a ênfase na biologia também é uma construção social, por isso, faz-se necessário abandonar as armadilhas da dicotomia que nutrem a hierarquia e ideologia do “dimorfismo sexual”.

Segundo Henrietta, as duas categorias fixas, homem e mulher, mantêm a estrutura de relação de poder e de dominação, estabelecendo uma norma, a padronização de performances. O problema não está na biologia, mas na construção social que se faz à biologia. Assim, a biologia deve ser vista como um plano de fundo, uma variável, sendo o sexo um efeito e não uma origem (MOORE, 1997).

Então a autora apresenta a diferenciação entre Sexo, sexo e gênero proposta por Shelly Errington (1990), em que o “Sexo” é uma construção particular dos corpos humanos, socialmente construída; o “sexo” é a categoria anatômica, da natureza; e “gênero” como resultado do que diferentes culturas fazem de sexo. Moore (1997, p. 7) ainda enfatiza que “fora dos parâmetros e das esferas de influência desse discurso biomédico, o sexo não existe”.

A questão que temos de nos colocar no futuro é se tem sentido, a não ser onde argumentos biológicos espúrios sejam usados para justificar práticas sociais discriminatórias, insistir na separação de sexo e gênero, quando a questão real não é sexo, e sim “Sexo”. Todavia, outra questão precisa ser posta: é adequado separar “Sexo” e gênero, quando se entende por “Sexo” as práticas discursivas culturalmente específicas que dão sentido às partes do corpo e sua relação, como índice ou outra coisa equivalente, com substâncias e processos fisiológicos, incluindo aqueles que se associam à reprodução humana? Essa questão é mais difícil, e envolve uma consideração do problema da categorização sexual binária.” (MOORE, 1997, p. 7).

Moore (1997) defendia que o gênero precisava se libertar do sexo, enquanto Judith Butler (2003) defendia que tudo é gênero, convocando a necessária mudança de pensamento da lógica da hierarquização de sexo-gênero, que toma o sexo como inferior e o gênero, superior; pois ambos não possuem base fixa. Ao afirmar “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero”, Butler (2003, p. 25) critica o próprio feminismo e a categoria “mulheres” que universaliza e padroniza o conceito. Diante da desconstrução de “gênero” feita por Butler (2003), problematiza-se as opressões advindas da heterossexualidade compulsória. Afinal, as pessoas se expressarão ao longo da vida de variadas formas de gênero.

Moore encaminha as discussões e críticas do artigo à possibilidade de repensar as políticas diante das mudanças sociais, já que impactam sistemas de produção e que podem influenciar a uma reconfiguração das relações de poder, tendo o gênero, como “uma forma poderosa de representação cultural” (MOORE, 1997, p. 15). Por fim, destaca as ocupações de políticos e cientistas sociais a uma real compreensão sobre a temática visando a transformação das sociedades.

### **3 TRANSGRESSÕES DE TEÓRICAS FEMINISTAS NEGRAS**

A trajetória das feministas negras estadunidenses foi trilhada por transgressões; primariamente ao próprio movimento negro encabeçado por homens e, concomitantemente, ao movimento feminista hegemônico e branco que excluía demandas de mulheres racializadas (ou de cor), negras, chicanas, indígenas, entre outras. As feministas negras transgrediram a lógica vigente, assim “[...] o termo ‘feminista negra’ destaca as contradições subjacentes a branquidade presumida do feminismo e serve para lembrar às mulheres brancas que elas não são nem as únicas, nem a norma ‘feminista’” (COLLINS, 2017, p.13). Propositivamente, para romper a tradição de silenciamento de produções do Sul Global, optou-se nesse tópico por apresentar também três autoras negras, além de uma estadunidense, uma brasileira e uma nigeriana.

Patrícia Hill Collins é uma socióloga estadunidense, nascida em 1948, pensadora e feminista negra em atividade que se tornou popular no contexto nacional recentemente em função das traduções das suas obras em língua portuguesa. Em “Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento”, a segunda edição revisada, publicada no Brasil em 2019, Patricia Hill Collins realiza a tentativa de se comunicar também com o público brasileiro nessa movimentação de acesso às suas produções.

Collins (2019) contribui ao Feminismo Negro porque alarga o conceito de intelectualidade, por muito tempo associado ao erudito, coisa de gente branca. Há uma compreensão mais profunda e crítica sobre a régua que legitima a intelectualidade. Collins exercita o pensamento decolonial, desfaz-se do olhar que ignora a contribuição de pessoas negras, da mulher negra, e valoriza as produções e a coletividade. Nesse sentido, Luiza Bairros (1995, p. 463) destaca que “Collins traça um perfil de uma tradição intelectual subjugada também em função de critérios epistemológicos que negam a experiência como base legítima para a construção do conhecimento”.

Seja qual for o formato de produção intelectual, mulheres negras produzem conhecimento e saberes epistemológicos devem ser acolhidos. O problema não está na maneira de se comunicar, mas, na academia em sua limitação por reconhecer o que é intelectualidade. Um exemplo disto é o emblemático discurso “E eu não sou uma mulher?”, de Sojourner Truth<sup>v</sup>, proferido em 1851. Ora, intelectualidade se faz dentro e fora da academia. Do mesmo modo em que ativismo e academicismo são complementares, estratégicos e necessários para a luta e os avanços advindos do movimento negro organizado.

Desse lugar, a autora destaca a experiência da mulher negra estadunidense e apresenta o conceito de imagens de controle, representações cotidianas das mulheres negras à subalternização, à subserviência e à hipersexualização. Ao mesmo tempo, imagens de controle podem ser pensadas de forma positivada. Figueiredo (2017, p.6) indica “compreendo esse conceito também no que ele se refere a emancipação e empoderamento feminino negro, quer dizer, é preciso construir a nossa própria imagem, uma imagem positiva sobre nós, por meio de uma autorrepresentação negativas e positivas”.

Luiza Bairros, brasileira, ativista, pesquisadora e intelectual negra que viveu até os 63 anos (1953-2016). Formada em Administração Pública de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1975 – a única das teóricas apresentadas com formação em uma área das Ciências Sociais Aplicadas. Posteriormente, Bairros fez mestrado em Ciências Sociais e doutorado em Sociologia em Michigan, EUA, momento em que se aproximou de Patricia Hill Collins e bell hooks (GELEDES, 2020). Dessa forma, Luiza teve um papel fundamental ao estabelecer um diálogo entre as feministas negras estadunidenses e brasileiras. Segundo Figueiredo (2017, p. 2) “A maioria de nós conheceu Hill Collins por intermédio de Luíza Bairros, em Nossos Feminismos Revisitados (1995)”.

Na obra supracitada, Bairros (1995) apresenta o conceito de “ponto de vista feminista” (*feminist standpoint*) que articula as categorias mulher, experiência e política pessoal. A grande contribuição dessa análise é teorizar que para mulheres negras a opressão é experienciada de um lugar diferente do ser mulher em uma sociedade racista e sexista. Bairros acrescenta que raça, gênero, classe e orientação sexual se cruzam de forma multidimensional. Ela amplia e inclui outras dimensões ao debate sobre o feminismo adjetivado, os pontos de vista de feministas negras que vivenciam realidades plurais, diversas.

Bairros (1995, p. 462) apresenta os fundamentos teóricos e metodológicos do feminismo negro em cinco temas fundamentais para compreender o ponto de vista feminista negro: “1) o legado de uma história de luta; 2) a natureza interligada de raça, gênero e classe; 3) o combate aos estereótipos ou imagens de controle; 4) a atuação como mães, professoras e líderes comunitárias; 5) e a política sexual”.

O pensamento que Bairros defendia era que a luta de mulheres negras é contra o racismo e o sexismo, perpassando a discussão sobre classe, ou seja, não se pode priorizar uma em detrimento de outra dimensão. O que refletiu na sua atuação na política na gestão pública. Bairros foi Ministra-chefe da Secretaria de Políticas Públicas da Igualdade Racial do Brasil (SEPPIR), de 2011 a 2014, durante o primeiro governo de primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, realizando notório trabalho no período (GELEDES, 2020).

Por sua vez, Oyèrónké Oyèwùmí (2021), socióloga nigeriana, nascida em 1957 e de origem Iorubá, faz uma crítica pós-colonial e feminista da visão ocidental sobre os estudos africanos, tomando como base uma argumentação epistemológica. No livro *“The Invention of Women: making an african sense of western gender discourses”*, publicado originalmente em 1997; em português *“A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero”* apenas em 2021, reuniu os resultados da tese e que rendeu o prêmio da *American Sociological Association* (Associação Americana de Sociologia).

Oyèwùmí (2021) realiza uma produção de destaque no cenário do feminismo negro e na discussão sobre sexo e gênero, justamente porque o ponto de partida é a crítica ao Ocidente. A sociedade Iorubá pré-colonial é usada como base argumentativa, levando em consideração que não haviam distinções corporais em nenhuma dimensão hierárquica. Enquanto que no Ocidente a sociedade constitui o corpo humano como generificado.

Oyèwùmí demonstra que a “Iorubalândia” não utilizava uma “bio-lógica” que considerava as categorias sociais em tipos de corpos. Ou seja, o “gênero” não era um elemento decisivo na organização e na hierarquização dos papéis sociais. O princípio da senioridade era o que a estruturava, pois o poder estava associado às pessoas mais velhas, baseado na idade cronológica. Assim, “O que essas categorias iorubás nos dizem é que o corpo nem sempre está em vista e à vista da categorização. O exemplo clássico é a fêmea que desempenhava os papéis de *oba* (governante), *omọ* (prole), *okọ*, *aya*, *iyá* (mãe) e *aláwo* (sacerdotisa-adivinhadora), tudo em um só corpo” (OYÈWÙMÍ, 2021, p. 43).

Essa diferença de olhar sobre o tema reflete o aspecto cultural para perceber o mundo, que é um traço característico do Ocidente, através do visual. Isso imputa aos corpos atribuições que precisam ser lidas visualmente, que dependem da visão, ou seja, a cosmovisão. Enquanto o termo “cosmopercepção” é uma possibilidade inclusiva de perceber o mundo por diferentes grupos culturais, como o dos povos iorubás.

Inclusive, a teórica tece uma crítica à diferenciação de Sexo, sexo e gênero, proposta por Shelly Errington (1990), pois o corpo humano não precisa ser constituído como generificado, já que na sociedade iorubá pré-colonial, “a ordem social exigia um tipo diferente de mapa, e não um mapa de gênero que supõe a biologia como a base para a classificação social” (OYÈWÙMÍ, 2021, p. 19). Por isso, os conceitos de sexo e gênero são tidos como sinônimos no contexto iorubá.

A categoria mulher fixada na antítese e em subordinação (ao homem) também é problematizada, tomada como homogênea no Ocidente, essencial e universal em muitos estudos. Inclusive, a autora lamenta “o ostracismo do determinismo biológico no pensamento social” em torno de disciplinas como Sociologia e Antropologia, assim como dos métodos de pesquisa porque incidem em erros metodológicos graves (OYÈWÙMÍ, 2021, p. 30).

A teórica cita o exemplo do pesquisador iorubá Bolaji Idowu que precisou lidar com a questão de gênero em seu estudo sobre religião ao apresentar uma divindade chamada Oduduá – que nas liturgias era evocada como “mãe”, “senhor” e “marido”. Idowu aceitou a imposição ocidentocêntrica e definiu que Oduduá era masculino, porém “se equivoca [...], uma vez que a palavra iorubá *okọ* traduzida como ‘marido’ em inglês, é uma categoria sem especificidade de gênero, englobando tanto o macho quanto a fêmea” (OYÈWÙMÍ, 2021, p. 64).

Essa necessidade constante de estudos acadêmicos assumirem o masculino como norma precisa ser repensada. De modo contrário, torna-se inviável criar um espaço teórico africano

quando são tomados como referência os HEBM, conforme Oyěwùmí (2021). E, enquanto, pesquisadora negra brasileira, faz-se também necessário refletir sobre o tema considerando o Sul Global, problematizando o extrativismo metodológico de pesquisadoras e pesquisadores em estudos *outside in* (de fora para dentro), desrespeitando as particularidades de grupos culturais. Pensemos nas comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas do Brasil!

Oyèrónké valoriza as contribuições do feminismo em trazer à discussão a natureza generificada e a dominação masculina da mulher, no entanto, argumenta que a “evidência” do corpo para constituir categorias de gênero não é usada em todas as sociedades, portanto, não podem ser tomadas como máxima absoluta em estudos africanos. Afinal, “presume-se que o corpo constitua evidência para outra categoria – a raça”, arremata Oyěwùmí (2021, p. 257), destacando a lógica ocidentocêntrica.

Em suma, Tanto Luiza Bairros quanto Patrícia Hill Collins sinalizaram nas populações negras e no cenário político do Brasil e do Ocidente problemas vinculados ao colonialismo, do mesmo modo que Oyèrónké Oyěwùmí realiza a crítica ao movimento de estudos em África a partir da universalização cultural de temperamentos e de categorias analíticas embasadas nas sociedades ocidentais. De cada ponto de vista: brasileiro, estadunidense e nigeriano, essas intelectuais negras produziram epistemologias que foram e são referências à promoção da igualdade racial.

#### 4 MOSAICOS DE TEÓRICAS QUEER (OF COLOR)

Um mosaico ajusta várias formas, peças e fragmentos, de cores e materiais diversos para construir, com técnica artística, uma obra. Judith Grant (1991) usa essa expressão para explicitar como “raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando [...] um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade” (BAIRROS, 1995, p. 461). Tomando essa analogia, busca-se discutir a Teoria Queer e a derivação Queer of Color através de três artigos produzidos por pesquisadoras de múltiplas origens geopolíticas: Jasbir Puar (2013); Larissa Pelúcio (2014); Caterina Rea e Izzie Amancio (2018).

Jasbir Puar, filósofa e pesquisadora negra estadunidense, nasceu em 1967, é mestra em Estudos da Mulher pela Universidade de Nova York e doutorado em Estudos Étnicos pela Universidade da Califórnia. Importa pontuar essa formação porque evidencia a importância de estruturas formais que possibilitem discussões interseccionais no ambiente acadêmico para formar construções teóricas questionadoras e propositivas diante de mosaicos existente e novas perspectivas epistemológicas.

No artigo “‘Prefiro ser um cyborgue a ser uma deusa’: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva”, publicado em 2013 na revista *Meritum*, Jasbir Puar analisa as proposições de interseccionalidade e agenciamento nas teorias feministas à ótica de uma transformação política. Como a interseccionalidade nasce da teorização da diferença, proposta pelas feministas negras das lutas da segunda onda feminista, Puar (2013, p. 345) destaca que “essa é uma abordagem predominante em algumas correntes da teoria *queer*”.

De acordo Pelúcio e Duque (2020, p. 128), denomina-se *queer* “como conjunto crítico e heterogêneo de ideais que procuram desafiar naturalizações relativas às sexualidades, gêneros e identidades”. Por isso, Puar já sinalizava que a teoria cada vez mais se tornava conhecida como *queer of color critique*, uma crítica queer que incorpora a racialização ao debate, enquanto uma epistemologia política.

Nesse sentido, Puar realiza uma problematização à reificação atribuída ao longo do tempo ao conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw, porque o ponto de partida do método é a questão da diferença em relação à mulher branca. Assim, em um contexto de multiculturalismo, política econômica neoliberal, os problemas se expandem à esfera geopolítica de análise.



De fato, muitas das estimadas categorias do mantra interseccionalista – originalmente voltado para a raça, classe e gênero e agora incluindo sexualidade, nação, religião, idade e deficiência – são o produto de agendas colonialistas modernistas e regimes de violência epistêmica, operantes mediante uma formação epistemológica ocidental/euro-americana através da qual toda a noção de identidade discreta tem emergido, por exemplo, em termos de sexualidade e império (PUAR, 2013, p. 350-351).

Percebe-se o esvaziamento com que o termo tem sido tratado e desajustado em relação à raça, categoria originária da tríade propositiva, para se enquadrar em qualquer análise. Puar (2013) ressalta o perigo associado a essa tendência de universalização de pautas e demandas sociais, ou ainda da autorreferencialidade do “centro”, que aglutina identidades sem a devida análise, tempo, lugar considerados. Esse perigo se concretiza na recentralização da diferença sexual e de gênero como fundacional e primária em estudos feministas. Apesar do artigo ter sido escrito há 10 anos, demonstra-se atual (PELUCIO; DUQUE, 2020).

Então, apresenta-se o termo “agenciamento” do original, *agencement*, em francês, que “significa design, leiaute, organização, arranjo e relações, tendo como enfoque não o conteúdo, mas as relações – relações de padrões” (PUAR, 2013, p. 356). Apesar da tradução para o português remontar a uma ideia não imediata, a autora explica que o agenciamento tem a função de formar conexões entre conceitos que dão significado a novos conceitos, como uma combinação, montagem, “para sinalizar colagem no âmbito da arte de vanguarda”, ou seja, a ideia de mosaico proposta nessa sessão.

Logo, o agenciamento fornece entender as causas e as prevenções de determinado fenômeno, enquanto a interseccionalidade define o fenômeno e indica os causadores. Ao mesmo tempo que Puar (2013, p. 366) destaca diferentes problemas conceituais no uso de cada termo, apresenta que a maior vantagem desse cruzamento é “nos ajudar a produzir mais caminhos para essas relações não totalmente compreendidas entre disciplina e controle”.

Essa contextualização é importante para a compreensão sobre “Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?”, artigo de Larissa Pelúcio, publicado em 2014, na Revista Periódicus. A autora apresenta os desafios de aplicar o conceito *queer* no Brasil, dada a dificuldade linguística de equiparar o real sentido do termo. Assim como a palavra negro, o *queer* é um uso político de uma palavra ofensiva da língua inglesa, ou seja, uma categoria local que perde o sentido quando dito em português. Não há uma identificação direta do que se trata.

Também em português “queer” nada quer dizer ao senso comum. Quando pronunciado em ambiente acadêmico não fere o ouvido de ninguém, ao contrário, soa suave (cuier), quase um afago, nunca uma ofensa. [...] Assim, o desconforto que o termo causa em países de língua inglesa se dissolve aqui na maciez das vogais que nós brasileiros insistimos em colocar por toda parte. De maneira que a intenção inaugural desta vertente teórica norte-americana, de se apropriar de um termo desqualificador para politizá-lo, perdeu-se no Brasil (PELÚCIO, 2014, p. 4).

Na lógica ocidental de aplicar teorias, pensadoras e pensadores do Sul Global buscam ressignificar a teorização diante das realidades referencias, próprias, locais. Então, Pelúcio apresenta a flexão de *queer* para “cuir” por Felipe Martín, editor de uma revista sobre estudos na área. Para o Brasil, Pelúcio (2014, p. 4) sugere que sejam percebidos como teóricas e teóricos cu, como uma forma de “localizar nosso lugar nessa ‘tradição’, porque acredito que estamos sim contribuindo para gestar esse conjunto farto de conhecimentos sobre corpos, sexualidades, desejos, biopolíticas e geopolíticas também”.

Ao enfatizar as produções de mulheres sobre o tema, Pelúcio exalta a contribuição de Beatriz Preciado, amplamente conhecida no cenário nacional acadêmico, a partir da publicação do livro de Berenice Bento, em 2006, baseada na tese “A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual”. Segundo Larissa, Beatriz Preciado é identificada no Brasil como uma das primeiras autoras da teoria *queer*, inclusive, com avanços críticos em relação à Judith Butler. Beatriz Preciado é hispânica e, apesar de seu livro não ter sido traduzido para o português, pela proximidade linguística com o espanhol, permitiu popularizar organicamente os pensamentos da autora sobre os estudos sobre mulher, gays e lésbicas, bem como o amadurecimento teórico, a partir de 1990, do pós-feminismo<sup>vi</sup>. Em entrevista, Preciado enfatiza:

Se, em um sentido político, os movimentos queer aparecem como pós-gays, podemos dizer que de um ponto de vista discursivo a teoria queer vai surgir como um giro reflexivo a partir dos erros do feminismo (tanto essencialista quanto construtivista) dos anos 80: o feminismo liberal ou emancipacionista é denunciado, uma vez mais, do ponto de vista de suas próprias margens, como uma teoria fundamentalmente homófoba e colonial (CARRILLO; PRECIADO, 2010, p. 51).

O pós-feminismo e os movimentos *queer* surgem como uma reação ao feminismo que rejeita pautas, consideradas marginais, reafirmando pressupostos heterossexuais e coloniais, a própria heteronormatividade compulsória. Isto é, denunciam as exclusões. Assim, Carrillo e Preciado (2010) destacam que os movimentos *queer* representam um interminável desdobramento de identidade homossexual às margens, como gays, bichas, lésbicas negras e chicanas, viados, maricas, boiolas, transgêneros, putas etc.

Segundo Pelúcio (2014), vale destacar que Guacira Lopes Louro foi uma das primeiras acadêmicas brasileiras a escrever sobre queer no início dos anos 2000. No entanto, mesmo com o uso político em estudos gays e lésbicos nas Universidades, o termo não foi apropriado politicamente pelos movimentos identitários nacionais, GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) à época. Houve um distanciamento entre o ativismo e o academicismo na articulação para a luta.

Falar da teoria cu, em 2023, ainda é desafiar o puritanismo e o pânico moral presentes na sociedade brasileira, principalmente no contexto conservador, de extrema polarização, ampliado pelo governo Bolsonaro. Nesse cenário, estudos sobre a teoria cu se tornam ameaça à moral e à família. Ocorre um esvaziamento da reflexão e das questões sociais envolvidas, o que afeta o avanço em estudos *queer*, assim como as pessoas que sofrem as relações hierárquicas da produção transversal das diferenças, postos cada vez mais às margens, invisibilizadas por uma política pensada para as “maiorias<sup>vii</sup>”.

Outra análise complementar às teóricas e teóricos *queer* é apresentada por Caterina Rea e Izzie Amancio (2018) com o artigo “Descolonizar a sexualidade: teoria queer of color e trânsito para o Sul global”, em Cadernos PAGU. As autoras apresentam o campo de produção de teóricas e teóricos *queer* na América Latina e no Brasil e alertam que é um campo predominantemente branco. Rea e Amancio atribuem esse problema ao identificar que os mosaicos, nos estudos *queer*, em relação à raça/etnia ou classe não são tão desenvolvidos e aponta para o fato de porta-vozes serem brancos. As autoras ressaltam ainda que investigar o marcador raça às identidades sexuais e de gênero dissidentes perpassa por compreender os impactos de colonialidade e opressão.

Exemplificam, portanto, essa problemática em um número da revista *Periodicus*, publicado em 2015, que marcou a vinda de Judith Butler a Salvador, uma espécie de homenagem à teórica, que reuniu diversos estudos *queer* no Brasil. De todos os artigos, apenas um, intitulado “Carta de uma ex-mulata a Judith Butler”, autoria de Ângela Figueiredo, o último da publicação, fez a relação entre estudos de gênero e sexualidades com raça. Ângela é negra, professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Conforme destacam Rea

e Amancio (2018, p. 10), o texto autobiográfico analise “as ambiguidades da sociedade brasileira e propõe as políticas de identidade como necessárias para a politização das pautas de grupos tradicionalmente marginalizados”.

Dessa forma, teorias Queer of Color podem ser definidas como uma

interrogação das formações sociais em termos de intersecções de raça, gênero, sexualidade e classe, com o interesse particular em destacar como essas formações correspondem ou divergem de ideais e práticas nacionalistas. A análise Queer of Colour é uma empresa heterogênea que deriva do feminismo das mulheres não-brancas, de análises materialistas, da teoria pós-estruturalista e da crítica queer (FERGUSON, 2003, p. 147 *apud* REA; AMANCIO 2018, p. 16).

E, mais uma vez voltamos ao mosaico, ou à análise interseccional para dar conta de estudos em gêneros, sexualidades e identidades étnico-raciais no espaço nacional (local e regional) e internacional, “com a crítica aos fenômenos da expansão capitalista neoliberal, dos novos imperialismos e da produção de hierarquias e privilégios em termos de raça, nacionalidade e classe” (REA; AMANCIO 2018, p. 18). Queer of Color no Sul Global precisa ser vista como uma ferramenta política, além de teórica, de combate às opressões e de luta por direitos, dos principais, à vida.

Segundo pesquisa realizada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), 256 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros foram vítimas de morte violenta no país em 2022, sendo 242 homicídios e 14 suicídios, ou seja, uma morte a cada 34 horas. A região Nordeste é a região mais perigosa com 43,36% das mortes violentas de LGBTIAP+<sup>viii</sup>, e que concentra o *ranking* das cinco cidades mais violentas (Salvador, São Luís, Fortaleza, Recife e Arapiraca-AL), em se tratando de números absolutos. Em relação às unidades federativas, a Bahia aparece no topo (10,5%), em seguida São Paulo (9,7%), e em terceiro Pernambuco (7,8%), conforme Schmitz (2023).

Não há como pensar garantia de direitos apenas para as pessoas que menos são atravessadas pelas hierarquias e opressão, pois existem relações de poder dentro da própria comunidade. Uma bicha negra nordestina é preterida a um gay branca sulista em uma seleção de emprego, por exemplo, porque são associadas noções discriminatórias de inferioridade, capacidade moral e psicológica ao Outro, fora do padrão. É preciso “denunciar e criticar, na figura do gay branco e de classe média, a principal referência das políticas LGBT *mainstream* do Ocidente” (REA; AMANCIO, 2018, p. 22).

Afinal, o capitalismo neoliberal incorpora uma homonormatividade<sup>ix</sup> para padronizar o perfil de LGBTQIAP+ que pode consumir a vida publicizada em plataformas de streaming e redes sociais. Os que não acessam esse padrão são colocados cada vez mais às margens, excluídos, vitimados, criminalizados. Por uma herança colonial, concentram-se em grupos racializados e economicamente vulneráveis. Em suma, o alargamento da teoria Queer of Color no Brasil, configura-se urgente no país que mais mata LGBTIAPN+ no mundo. Seu uso político, em termos de ativismo e teorização, precisa sair da academia e participar dos debates populares, dos assuntos de família, das reuniões das organizações, das decisões jurídicas, das tribunas e assembleias legislativas.

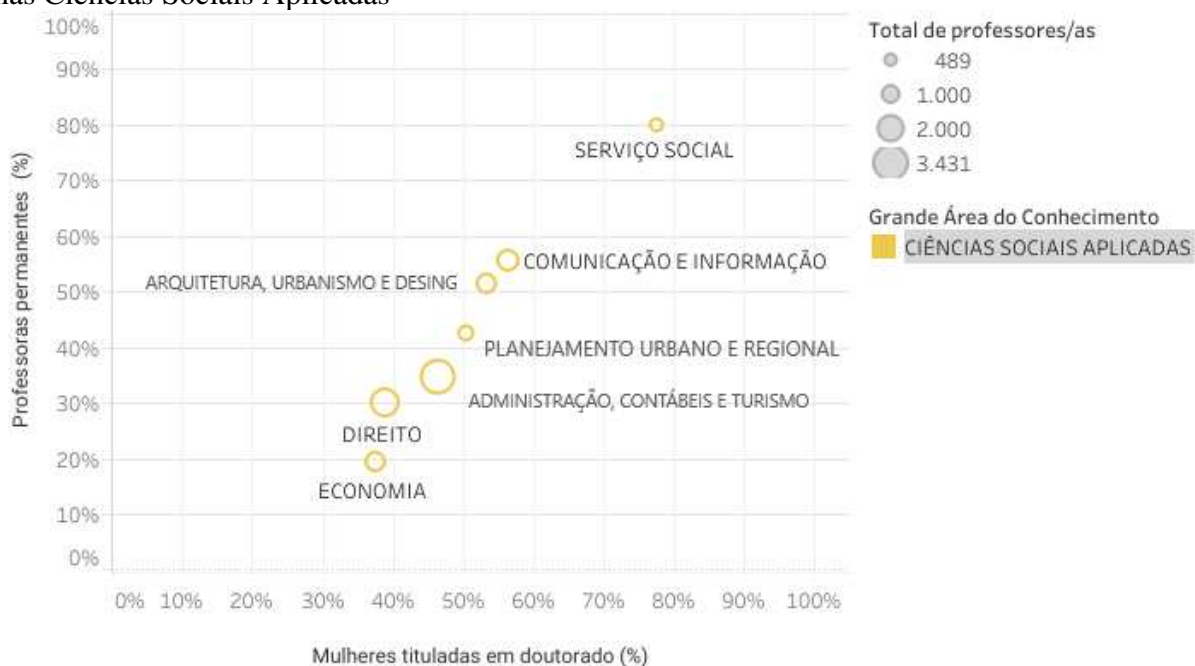
## **5 DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Desafios epistemológicos são tensionados em toda a trajetória de evolução humana e ganha expressividade mediante as valorações sociais. Ao discutir sobre as contribuições teóricas de feministas em comparação aos dados sobre a realidade brasileira de algumas das grandes áreas das Ciências Sociais Aplicadas, pretende-se estimular a reflexão crítica no plano real para pensar a construção de soluções dos problemas sociais nossos.

Na esfera acadêmica, segundo o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que analisou a evolução da participação de mulheres na ciência entre os anos de 2004 e 2020, constata-se que “A desigualdade de gênero é uma marca de quase todas as áreas da ciência. Mulheres tendem a ser minoria em inúmeras disciplinas e enfrentam mais obstáculos que os homens para manter a carreira ou progredir a posições de poder” (GEMAA, 2023).

Considerando apenas o ano de 2020 (Gráfico 1), a proporção de professoras permanentes nos programas de pós-graduação de universidades brasileiras (eixo vertical) comparada à sua proporção entre tituladas com doutorado (eixo horizontal) revela expressiva desigualdade de gênero nas grandes áreas de Planejamento Urbano e Regional /Demografia; Economia; Direito; e Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, com destaque para Economia e Direito, com 20% e 30% de professoras permanentes com titulação de doutorado, respectivamente. Apenas Serviço Social (80%), Comunicação e Informação (55%) e Arquitetura, Urbanismo e Design (51%) demonstraram maioria feminina.

**Gráfico 1** – Relação proporcional entre professoras permanentes e doutoras na pós-graduação nas Ciências Sociais Aplicadas



Fonte: GEMAA (2023).

Apesar da grande participação de mulheres na área de Serviço Social, representam a menor população, 489 professores/as, das Ciências Sociais Aplicadas, a única com quantitativo universal inferior a mil. Contrapondo a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo que soma 3.431 professores/as na pós-graduação, porém apenas 35% das professoras permanentes doutoras (GEMAA, 2023).

Por isso, importa retomar às contribuições de Margaret Mead para questionar as Ciências Sociais Aplicadas nesse lugar de combate aos temperamentos que fundamentam de forma inequívoca as atuações de pessoas e de estruturas, com base em sexo-gênero, que afastam mulheres de áreas vinculadas às exatas. Outro aspecto de destaque é a relação de *status* de cada curso/área. O de Direito, por exemplo, carrega uma hipervalorização social marcadamente masculina, que reflete uma menor participação de mulheres na docência do ensino superior (30%). Quando ampliamos o olhar para o Judiciário, “as mulheres são hoje 45% dos

magistrados em início de carreira, mas apenas 25% nos cargos do segundo grau de jurisdição”, segundo (MONTENEGRO, 2022).

Ao atribuir a categoria raça, os dados do judiciário apontam que mulheres negras são 16,3% como juízas substitutas, e 11,2% como juízas titulares; as amarelas são 1,2% e 1,4%, respectivamente; e inexistem mulheres indígenas ocupando o cargo de juízas substitutas. Apenas 0,2% de juízas titulares no Brasil são indígenas, em números absolutos 5 (cinco). Em relação às desembargadoras, 12,1% são negras, 0,5% são amarelas e nenhuma indígena. Com relação às ministras, de todos os Tribunais Superiores, somente uma ministra se declarou negra<sup>x</sup> (11,1%) conforme CNJ (2021).

Para denunciar e mudar esse cenário, o Feminismo Negro reivindica a articulação entre conhecimento e justiça social como o caminho para alcançar transformação. E esse movimento precisa incluir a ciência, o ambiente acadêmico e suas produções. Quando Patrícia Hill Collis (2019) e Oyèwùmí (2021) propõem aprofundamento de perguntas norteadoras e métodos, instiga questionar também as motivações que tem concentrado o financiamento a projetos de pesquisas científicas, tecnológicas e sociais. Quais grupos de interesse se beneficiam? Quais são os *stakeholders* envolvidos?

Bairros (1995) traçou um ponto em comum para pensar políticas públicas condizentes com a força política e experiência dos grupos marcados pelas hierarquias e opressões, buscando estratégias múltiplas para educação popular e combate ao colonialismo que Pelúcio (2014) tanto enfatizou. Assim, quando se é pensada a grande área da Economia, que possui participação decisiva nas proposições da política nacional, de qual lugar está sendo referenciado o modelo executado? A política econômica nacional acirra ou coíbe a reprodução de uma sociedade desigualmente distribuída?

Parece improvável que a aplicação de pesquisas no cotidiano da sociedade contemplará democraticamente todas as pessoas, se grupos marginalizados não são foco dos estudos – nem a análise das relações hierárquicas interpostas, se estas pessoas não estão acessando a formação acadêmica, se não estão sendo incorporadas no mercado de trabalho nos três níveis (institucional, tático e operacional) e se o conhecimento produzido por elas é desconsiderado em todo o processo.

Em revisão de um acervo especializado como o SemeAd<sup>xi</sup> (Seminários em Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo), um dos principais eventos científicos, organizado anualmente desde 1996, com relevante papel na discussão da produção científico-tecnológica em Administração no Brasil e no Exterior, entre 2020 e 2022, utilizando palavras-chave (antirracismo<sup>xii</sup>; racismo; decolonial; interseccionalidade; queer; feminismo; feminista) foram encontrados apenas 59 artigos publicados<sup>xiii</sup> nos anais das três últimas edições. Proporcionalmente, os números totais de artigos nessas temáticas em relação ao número total de trabalhos publicados<sup>xiv</sup> corresponderam a menos ou próximos de 1%, em 2020 (0,47%), 2021 (0,98%) e 2022 (1,3%).

A abissal discrepância na Administração confirma que os estudos feministas e antirracistas sofrem epistemicídio, pois são produzidos por pequenos grupos e/ou pesquisadoras, se retroalimentam na bolha, mas não ganham destaque acadêmico ou *status* de praxis entre os pares, não são incorporados nas discussões importantes. Para pensadoras de atividade autônoma e criativa, teoria e praxis pouco se concretizam nos ambientes acadêmicos formais, e implicações diretas se tornam escassas.

Toda essa complexidade que invade a Administração Pública e a Privada em todas as esferas de atuação, também é incisiva à Economia e ao Direito, nas métricas e nos sistemas tributários racistas, estruturantes da Contabilidade; no Turismo em perspectiva homonormativa (REA; AMANCIO, 2018), mas também na gentrificação por empresários estrangeiros nos paraísos nacionais. Assim como na Arquitetura, Urbanismo e Design que incide métodos

elitistas de Planejamento Urbano para esconder pobres e negras, em programas habitacionais, domiciliados às margens – o que torna exaustiva a jornada diária, ou ainda da resistência à ocupação de prédios abandonados nos centros urbanos.

Na Comunicação e Informação, o cenário também é crítico e até mesmo assustador, considerando que o avanço das TDICs (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação) são recentes, porém reproduzem a mesma lógica de hierarquia, poder e opressão das relações sociais (gênero, raça, classe, identidade, sexualidade etc.). De acordo Tarcízio Silva (2023), doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela da Universidade Federal do ABC, plataformas digitais (mídias sociais, aplicativos e inteligência artificial) são constituídas no racismo algorítmico, que expõe a população negra a vulnerabilidade emocional, psicológica e integridade física, como no uso de sistemas de reconhecimento facial utilizada pela polícia.

Ainda segundo Silva (2023), em pesquisa com apoio da Tecla (Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação) e Mozilla, a principal preocupação sobre tecnologias digitais emergentes para mais de 100 especialistas afrobrasileiros foi o “apagamento do conhecimento e racismo epistêmico”. Dessa forma, são reforçados desafios brasileiros para as Ciências Sociais Aplicadas, sendo necessário uma “cosmopercepção” inclusiva e integradora pela justiça.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lentes, transgressões e mosaicos apresentados neste artigo ajudam destacar a necessidade de mudança do embasamento teórico que vem sendo utilizado na construção do conhecimento nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas. Os feminismos, em suas mais variadas correntes e estudos, denunciam reiteradas opressões vivenciadas por quem não é homem hétero branco rico. No entanto, também propõem caminhos metodológicos possíveis através de pontos de encontro no ativismo e na ciência. De modo que, teorias feministas, têm muito a contribuir para a epistemologia no campo analisado.

Observou-se que a presença de mulheres docentes em Universidades brasileiras nas áreas contempladas ainda é notadamente desigual, com exceção de Serviço Social. Logo, para além de uma reivindicação por equidade de gênero nas vagas ocupadas, condizente com a composição da população brasileira, é importante que os cursos de Ensino Superior sejam repensados em termos estruturantes de planejamento, objetivos, competências, componentes curriculares e referenciais teóricos. Uma transição necessária.

Ter mulheres ministrando disciplina em cursos não garante que as pessoas terão contato com teóricos do Sul Global, nem discussões interseccionais e ementas com referências *queer*. Do mesmo modo que docentes negras não garantem intervenções antirracistas e proposições feministas. Os dados sobre as três últimas edições do SemeAd são sintomáticos e ratificam a realidade emblemática de estudos em Administração no Brasil. Um combate ao epistemicídio.

Enquanto docente em universidade pública e profissional registrada no Conselho Federal de Administração (CFA/CRA), essas discussões são inexistentes ou pontuais a datas celebrativas específicas, como o 28 de junho e o 20 de novembro. Não seria o caso nem de afirmar que avanços são necessários, mas de exigir mudanças nas bases. Afinal, os cursos das Ciências Sociais Aplicadas enfatizam uma formação para a visão prática, mas seguem uma tendência tecnicista em relação aos problemas sociais. Assim, conselhos federais e universidades devem promover letramentos racial e *queer (of color)* em interseções e agenciamento, ou seja, mosaicos inovadores para atender docentes e profissionais formados e em formação.

Nesse sentido, a principal conclusão desse estudo foi provocar o desconforto do *modus operandi* acadêmico para assumir que a transformação social depende de epistemologias pensadas a partir e com os feminismos. Espera-se que este estudo alargue as discussões sobre contribuições feministas e antirracistas no ambiente acadêmico, bem como as autorias, nos

cursos das Ciências Sociais Aplicadas, como ponto de partida para investigações futuras que aprofundem a temática em trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, em análises sistemáticas de artigos publicados em congressos, conselhos e associações nacionais de pós-graduação nas áreas.

## REFERÊNCIAS

ASCHER, Carol. **Simone de Beauvoir: uma vida de liberdade**. São Paulo: Ed Francisco Alves, 1991.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, n. 2, 1995, pp.458-463.

BACCHETTA, Paola; FALQUET, Jules; ALARCÓN, Norma. Introduction au Théories féministes et queers décoloniales: interventions chicanas e latinas états-uniennes. **Les Cahiers du CEDREF**, Paris, n. 18, 2011, pp.7-40.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. RJ: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CARRILLO, Jesús.; PRECIADO, Beatriz. Entrevista com Beatriz Preciado. **Revista Poiésis**, v. 11, n. 15, 2010, pp. 47-71.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pesquisa sobre negros e negras no Poder Judiciário**. Conselho Nacional de Justiça. Brasília: CNJ, 2021. 118 p.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Sobre as áreas de avaliação**. Brasil. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas>>. Acesso em: 21 jun. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**. 2017.

\_\_\_\_\_. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

ERRINGTON, Shelly Elizabeth. Recasting sex, gender and power: a theoretical and regional overview. In ATKINSON, Jane Monnig; ERRINGTON, S Shelly Elizabeth, (eds.). **Power and difference: gender in Island Southeast Asia**, Stanford, Stanford University Press. 1990.

FIGUEIREDO, Angela. Somente um ponto de vista. **Cadernos Pagu**, v. 51, 2017.

GRANT, Judith. **Fundamental Feminism Contesting the Core Concepts of Feminist Theory**. Nova Iorque, NY: Routledge, 1991.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA – GEMAA. **Dados de participação das mulheres na ciência.** Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: <<https://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/participacao-de-mulheres-na-ciencia/>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

INSTITUTO DA MULHER NEGRA – GELEDES. **Perfis Femininos – Luiza Bairros.** Portal Geledés. 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/perfis-femininos-luiza-bairros/>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MOORE, Henrietta. Compreendendo Sexo e Gênero. Tradução de Julio Assis Simões de “Understanding sex and gender”. In: INGOLD, Tim (ed.). **Companion Encyclopedia of Anthropology.** Londres: Routledge, 1997. p. 813-830.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento.** Tradução de Rosa Krausz. São Paulo: Perspectiva, 2. ed. 1979.

MONTENEGRO, Manuel Carlos. **Magistradas elaboram propostas para efetiva igualdade de gênero no Judiciário.** 2022. Conselho Nacional de Justiça. Agência CNJ de Notícias. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/magistradas-elaboram-propostas-para-tornar-efetiva-a-igualdade-entre-homens-e-mulheres-no-judiciario/#:~:text=Embora%20representem%20mais%20da%20metade,do%20segundo%20grau%20de%20jurisdi%C3%A7%C3%A3o.>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres:** construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Nascimento, Wanderson Flor do. 1. ed., Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021. 324 p.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**, v. 1, n. 1, 2014, pp. 68–91.

PELÚCIO, Larissa; DUQUE, Tiago. Cancelando o cuier. **Contemporânea**, vol. 10, n. 1, p. 125-151, jan.-abr., 2020.

PUAR, Jasbir. “Prefiro ser um cyborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum**, v. 8, n. 2, 2013, pp.343-370.

REA, Caterina; AMANCIO, Izzie Madalena. “Descolonizar a sexualidade: teoria queer of color e trânsito para o Sul global”, **Cadernos PAGU**, v. 53, 2018.

SCHMITZ, Alberto. **Mortes violentas de LGBT+ Brasil:** Observatório do Grupo Gay da Bahia 2022. Grupo Gay da Bahia - GGB. 19 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

SILVA, Tarcízio. **Uma nova estratégia brasileira de inteligência artificial pode sim servir ao país.** Tarcízio Silva – Pesquisa, métodos digitais, ciência, tecnologia e sociedade. 23 de junho de 2023. Disponível em: <<https://tarciziosilva.com.br/blog/>>. Acesso em: 06 jul. 2023.



---

<sup>i</sup> Neste artigo, a linguagem de gênero feminino foi propositalmente usada em alguns trechos para marcar a escrita, referindo-se a todas as pessoas, também como forma de ruptura à supremacia masculina na linguagem em produções científicas.

<sup>ii</sup> Oyèrónké Oyěwùmí (2021) cunha esse termo em associação à produção centrada a partir do Ocidente.

<sup>iii</sup> Ascher (1991) usa originalmente o termo “lista negra”. Para não reproduzir racismo linguístico, foi adotado “livro proibido”.

<sup>iv</sup> Site oficial da autora que reúne as notícias e publicações de pesquisas desenvolvidas na África, além de acervo sobre gênero, prosperidade e outros temas. Disponível em: < <https://www.henriettalmoore.com/research/africa>.>.

<sup>v</sup> O Portal Geledés apresenta a biografia e trajetória da intelectual em <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>.

<sup>vi</sup> Na entrevista, Beatriz Preciado define que “o termo pós-feminismo indica um giro conceitual de debates sobre igualdade e diferença, justiça e reconhecimento, e também do essencialismo e do construtivismo, em direção a debates em torno da produção transversal das diferenças” (CARRILLO; PRECIADO, 2010, p. 48).

<sup>vii</sup> Referência ao discurso proferido por Jair Bolsonaro, conforme Pelúcio e Duque (2020), em fevereiro de 2017, quando candidato à presidência, em praça pública, que “as minorias” teriam de “se curvar às maiorias”.

<sup>viii</sup> LGBTQIAP+ se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/ Transexuais/ Transgêneros, Queer (ou Não-Binários), Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e mais.

<sup>ix</sup> Ferguson (2005, p. 65 *apud* REA; AMANCIO, 2018, p. 24) define como “a entrada da homossexualidade na esfera da supremacia branca”.

<sup>x</sup> Esse dado se apresenta contraditório quando comparado com as pesquisas do GEMAA (2023) que afirmam a inexistência de mulheres negras nos tribunais superiores. Pode-se atribuir essa confusão à possibilidade da autodeclaração desta respondente como “parda”, já que segundo o IBGE a população negra corresponde ao conjunto de pretas e pardas. Nesse contexto, é importante ressaltar que apenas no dia 27 de junho de 2023, Edilene Lobo foi nomeada ministra substituta do TSE, a primeira mulher fenotipicamente negra a integrar o tribunal, segundo o site do TSE, disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/edilene-lobo-e-nomeada-ministra-substituta-do-tse>>. Acesso em 30 jun. 2023.

<sup>xi</sup> Os dados que embasaram a revisão estão disponíveis no site oficial das edições 2022 e 2023 em: <<https://semead.com.br/25/edicoes-anteriores/>> e <<https://semead.com.br/26/evento/>>, acessados em 07 de julho de 2023. No XXIII SemeAd, em 2020, foram publicados 2.348 trabalhos, no XXIV SemeAd, em 2021, 2.136 trabalhos; e no XXV SemeAd, em 2022, 2.062.

<sup>xii</sup> Não houve resultado de busca para essa palavra-chave nas três edições. Em 2020, o mesmo cenário para a palavra-chave Interseccionalidade.

<sup>xiii</sup> Foi criada uma fórmula  $T_t = A - [(x_1 + x_2 \dots + x_n) - n]$  para calcular o número total de artigos temáticos ( $T_t$ ), onde  $A$  = Quantidade total de artigos encontrados com as palavras-chave;  $x_n$  = Quantidade de vezes que um mesmo artigo foi reincidente (encontrado em mais de uma busca por palavra-chave);  $n$  = Total de artigos reincidentes. Aplicando os dados à fórmula, os resultados foram de 11 artigos em 2020; 21 em 2021 e 27 em 2022.